



LEI

2425/2018



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITABUNA

L E I Nº. 2.425, de 30 de maio de 2018

Altera a Lei Municipal nº. 1.331, de 08 de janeiro de 1985 - Código de Posturas do Município de Itabuna, na forma que indica e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ITABUNA, faço saber que a Câmara de Vereadores aprova e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - O TÍTULO V – DO FUNCIONAMENTO DO COMÉRCIO E DA INDÚSTRIA, seu CAPÍTULO I – DO LICENCIAMENTO DOS ESTABELECIMENTOS INDUSTRIAIS E COMERCIAIS e a SEÇÃO I – DAS INDÚSTRIAS E DO COMÉRCIO LOCALIZADO, da Lei Municipal nº. 1.331, de 08 de janeiro de 1985 - Código de Posturas do Município de Itabuna, sofrerão modificações em sua redação original, sendo-lhe acrescido mais um artigo, passando, doravante, a vigorarem com as redações desta Lei e na forma seguinte:

“ (...)

TÍTULO V

DO FUNCIONAMENTO DO COMÉRCIO, PRESTADORES DE SERVIÇOS E DA INDÚSTRIA

CAPÍTULO I

DO FUNCIONAMENTO DOS ESTABELECIMENTOS COMERCIAIS, PRESTADORES DE SERVIÇOS E DA INDÚSTRIA

Seção I

Do Comércio, Prestadores de Serviços e da Indústria

Art. 247 - Nenhum estabelecimento comercial de prestação de serviço e industrial poderá funcionar no município sem a prévia autorização da Prefeitura, concedida na forma de Alvará a requerimento dos interessados e mediante o pagamento dos tributos devidos.

§ 1º - Para concessão do alvará de localização e funcionamento o Município deverá obrigatoriamente observar, no que for aplicável, o que dispõe, as normas municipais de uso e ocupação do solo urbano, que dispõem sobre o Código de Obras, a legislação ambiental federal, estadual e municipal e as demais regras legais pertinentes ao ramo de atividade.

§ 2º - O requerimento deverá especificar, com clareza:

I - o ramo do comércio, prestação dos serviços e ou da indústria;

II -; e

III -

Art. 248.

Art. 249.

Art. 250.

Art. 251.

Art. 252.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITABUNA

Art. 253 - Do alvará de funcionamento para o exercício de atividade comercial, de prestação de serviços e ou industrial, constará obrigatoriedade para que o solicitante afixe na entrada de seu estabelecimento, em local visível e de fácil acesso, placa indicativa proibido o ingresso e ou permanência de pessoa(s) utilizando capacete ou qualquer tipo de cobertura que oculte sua(s) face(s).

§ 1º - A inobservância ou infração, a qualquer tempo, pelo estabelecimento comercial, de prestação de serviços e ou industrial, quanto a afixação da placa de que trata o caput deste artigo, e nas mesmas condições, o ingresso e ou permanência de pessoa(s) utilizando capacete ou qualquer tipo de cobertura que oculte sua(s) face(s), verificada e autuada por fiscal do órgão da Administração Municipal que atua na fiscalização das atividades anteriormente mencionadas, acarretará a multa de 10 (dez) Unidades Fiscal Municipal - UFM's.

§ 2º - A reincidência do disposto no caput deste artigo, acarretará a aplicação de multa a progressiva, acrescentando-se ao quantitativo de UFM's definido no parágrafo anterior um percentual de 50% (cinquenta por cento) a mais do aludido indexador municipal e assim por diante, tomando-se como base o montante das Unidades Fiscal Municipal atribuída anteriormente, até o limite de 50 (cinquenta) UFM. (...)"

Art. 2º - Renumere-se os demais dispositivos da Lei Municipal nº. 1.331, de 08 de janeiro de 1985 - Código de Posturas do Município de Itabuna, com as modificações promovidas em sua redação original.

Art. 3º. Os estabelecimentos comerciais de prestação de serviços e ou industrial, que na data de publicação desta Lei já dispunham de alvará de localização e funcionamento, fica deferido o prazo de 60 (sessenta) dias para se adequarem e, por conseguinte, atenderem a exigência advinda da alteração promovida por esta legislação à Lei Municipal nº. 1.331, de 08 de janeiro de 1985 - Código de Posturas do Município de Itabuna.

Art. 4º. Fica o Poder Executivo autorizado a regulamentar a presente Lei, para fins de adequação a legislação vigente e definição de condição para confecção da placa.

Art. 5º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, devendo esta se processar nos termos do art. 107 da Lei Orgânica deste Município e por meio eletrônico através do site da Prefeitura Municipal de Itabuna.

Art. 6º. Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE ITABUNA, em 30 de maio de 2018.

FERNANDO GOMES OLIVEIRA
Prefeito

MARIA ALICE ARAÚJO PEREIRA
Secretária de Governo

Prefeitura Municipal

Av. Princesa Isabel, 678 – Centro Administrativo Municipal Firmino Alves – São Caetano